

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSD.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PT.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PV.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PV.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, quero fazer constar que o governo é contra a prorrogação da sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a manifestação de Vossa Excelência.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PRB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PRB.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSOL.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSB.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do Democratas.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do Democratas.

O SR. FERNANDO CURY - PPS - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PPS.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PPS.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PCdoB.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PR.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PR.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSDB.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSC.

A SRA. CLÉLIA GOMES - PHS - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PHS.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PHS.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, V. Exa. informou ao Plenário que a recomendação do PTB é votar "sim" como V. Exa. informou ao Plenário o pedido do governo? Acho que há uma certa parcialidade.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PDT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PDT.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PMDB.

O SR. PAULO CORRÊA JR - PEN - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PEN.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PEN.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, quero registrar a obstrução do PSL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSL.

- É feita a verificação de votação pelo processo eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Participaram do processo de votação 7 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tendo 5 votado "sim", 1 votado "não" e este deputado na Presidência, quórum insuficiente para prorrogar os nossos trabalhos.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência adita à Ordem do Dia os seguintes projetos que tramitam com urgência constitucional: PLC 23/16 e PL 369/16.

Esgotado o tempo da presente sessão a Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 34 minutos.

29 DE JUNHO DE 2016 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ, JOOJI HATO, MARIA LÚCIA AMARY e CAIO FRANÇA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão.

2 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h46min, reabrindo-a às 19h53min. Coloca em discussão o PLC 20/16.

4 - CAMPOS MACHADO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos.

5 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Indefere o pedido por não haver acordo entre as lideranças.

6 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PLC 20/16 (aparteado pelo deputado Ed Thomas).

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, manifesta-se contra o PL 1301/15, que cria o sistema estadual de ensino do Programa Escola sem

Partido, por considerá-lo uma afronta aos Planos Estadual e Nacional de Educação.

9 - RAUL MARCELO

Discute o PLC 20/16.

10 - TEONILIO BARBA

Discute o PLC 20/16 (aparteado pelo deputado Cauê Macris).

11 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência.

12 - MARCIA LIA

Discute o PLC 20/16.

13 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PLC 20/16.

14 - CARLOS NEDER

Discute o PLC 20/16.

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência. Dá esclarecimentos acerca do conteúdo da proposição em tela ao deputado Carlos Neder, a quem convida para conhecer o trabalho realizado pelo Núcleo de Avaliação Estratégica desta Casa.

16 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, informa que estava em audiência pública com os professores categoria "O" da Rede Estadual de Ensino. Elenca algumas das reivindicações da classe.

17 - CAMPOS MACHADO

Discute o PLC 20/16.

18 - BETH SAHÃO

Discute o PLC 20/16.

19 - CAIO FRANÇA

Assume a Presidência.

20 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 20/16, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda ao PLC 20/16.

21 - CARLOS NEDER

Declara abstenção na votação do PLC 20/16.

22 - JOÃO PAULO RILLO

Declara abstenção na votação do PLC 20/16.

23 - RAUL MARCELO

Declara abstenção na votação do PLC 20/16.

24 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Coloca em discussão o PLC 23/16.

25 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PLC 23/16.

26 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, hoje, um minuto após o término da presente sessão. Lembra a realização da sessão extraordinária hoje, às 22 horas e 26 minutos. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado João Paulo Rillo e suspende a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 46 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 53 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, proposições em Regime de Urgência.

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2016, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o reequadramento de cargos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL. Parecer nº 984, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 985, de 2016, da Mesa, favorável à emenda. Para discutir a favor tem a palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, nós ainda estamos naquela fase de entabular as negociações parlamentares, motivo pelo qual eu requero a suspensão dos trabalhos por cinco minutos para saber se temos ou não condições de efetuar acordos aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência consulta as bancadas de oposição se existe perspectiva de efetuar acordos. Há perspectiva ou não há? Se não houver perspectiva, não vamos suspender a sessão.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Há perspectiva. É só o governo acenar em relação à emendas no Orçamento, em especial à emenda que garante dignidade mínima às nossas universidades públicas estaduais.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Desculpe-me, Sr. presidente, quando uma liderança requer suspensão dos trabalhos por cinco minutos depende da concordância de todas as lideranças em plenário. Não depende apenas do presidente, mas das lideranças em plenário. Se as lideranças concordarem suspende-se, caso contrário nós não suspendemos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - As lideranças concordam com a suspensão por cinco minutos? Não há acordo.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta a esta tribuna - já fiz uso da palavra hoje, no Pequeno Expediente.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar os servidores das universidades estaduais, os alunos, os docentes. Gostaria também de cumprimentar os servidores da Defensoria Pública, que estão presentes hoje pela imediata aprovação do PLC nº 64, e os servidores do Ministério Público.

Nós queremos votar hoje os projetos de todos os deputados, essa é nossa intenção. O PSOL deseja isso, assim como PCdoB e o PT. Estamos fazendo um esforço concentrado para que haja a votação dos projetos dos deputados, exceto do Projeto de lei nº 1301, que é o nefasto projeto da escola sem partido. Esse projeto é uma excrescência, um projeto inconstitucional que afronta a LDB, o Plano Nacional de Educação e até mesmo o Plano Estadual de Educação e a Constituição Estadual, ou seja, afronta toda a legislação de ensino do Brasil.

Esse projeto não deve nem ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Se for aprovado nessa comissão, ela estará desmoralizada. Imaginem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo votar favoravelmente a um projeto que já é considerado inconstitucional logo de saída, uma verdadeira afronta à legislação brasileira e à Educação do estado de São Paulo.

A Educação já é altamente ideológica, não existe neutralidade política na Educação. Infelizmente, a educação brasileira é de direita, ela já tem lado. A escola hoje, em geral, transformou-

se em um grande aparelho ideológico para inculcar em nossos alunos a ideologia dominante.

Logicamente temos, em algumas escolas do Brasil, alguns professores e algumas gestões fazendo um trabalho alternativo, crítico, formando alunos para a cidadania e a participação social. Em algumas escolas, temos experiências ligadas a uma educação libertadora, libertária e emancipadora, mas isso é pouco diante do tamanho da rede de ensino pública e particular no Brasil.

Esse projeto é uma excrescência porque nem haveria necessidade dele. Além disso, ele aparece em uma conjuntura extremamente conservadora. Um grande defensor desse projeto é aquele ator de quinta categoria, de filmes pornográficos, o Alexandre Frota. Ele levou essa proposta para o ministro da Educação recentemente. Triste fim o nosso, o ministro da Educação receber o Alexandre Frota, um ator de quinta categoria, ator de filmes pornográficos, apresentando propostas para a educação brasileira.

Infelizmente o deputado Luiz Fernando Machado, do PSDB - só podia ser do PSDB para apresentar um projeto horrível como esse -, apresentou esse projeto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo plagiando o projeto que tramita no Congresso Nacional e em outras assembleias legislativas e até mesmo em câmaras municipais.

Vamos obstruir esse projeto de uma forma indefinida, não há acordo. Não só os deputados da oposição, mas deputados da situação e até mesmo da base do governo se comprometeram publicamente a votar contra esse projeto. Até mesmo deputados da bancada evangélica se colocam contra esse projeto, de tão ruim que ele é.

Gostaria de dizer que nós queremos votar hoje duas propostas. Queremos aprovar também a LDO, desde que seja possível um acordo de lideranças para que haja a inclusão de um dispositivo apresentado por nós e por várias bancadas representando a reivindicação do Fórum das Seis, que é o aumento do percentual para o financiamento das nossas três universidades. É nesse ponto que queremos tocar. Por isso estamos aqui, sim, em obstrução. Queremos fazer um acordo nesse sentido: o aumento das verbas para as universidades. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que nós queremos votar o projeto dos servidores da Defensoria Pública. Temos esse compromisso na Assembleia Legislativa. Não podemos terminar este semestre sem votar o projeto dos servidores da Defensoria. É uma dívida da Assembleia Legislativa, e também o projeto dos servidores públicos, que trata da questão do reajuste salarial.

É por isso que estamos fazendo todo esse debate, fazendo um apelo à base do governo. A oposição já está certa. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto da Defensoria, do Ministério Público, e do aumento das verbas do financiamento para as universidades.

O governo diz que não tem dinheiro, que tem dificuldade de caixa, mas nós já mostramos inúmeras vezes que há dinheiro, sim. Estamos disputando o orçamento. Há muitos recursos no Estado. Aprovamos um orçamento para 2016, de 206 bilhões de reais, valor que é disputado. Sabemos das isenções fiscais que são concedidas ao setor empresarial, ao poder econômico, ao agronegócio, aos frigoríficos, às avícolas.

Preparei, dentro desse tema, e gostaria de exibir um vídeo do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda, o Sinafresp, um vídeo muito pedagógico. Tenho usado muito em debates, em palestras. Mostra claramente como se dá esse processo de transferência dos recursos públicos, do orçamento que nós produzimos com nossos impostos, para esses setores.

Fico pensando que se existe dinheiro para esses grupos, por que não existe dinheiro para as universidades, para a pesquisa, para a extensão, para o ensino, para a educação básica, se o governo transfere recursos para esses grupos econômicos?

Apresentarei o vídeo para que todos tenham acesso, principalmente o telespectador e as pessoas que estão acompanhando aqui o nosso debate, que poderão entender melhor o que estou dizendo aqui.

- É feita a apresentação.

O deputado Raul Marcelo disse que para acessar o vídeo basta entrar no site do Sinafresp, no site do nosso mandato ou acessar o nosso facebook. Houve uma pequena alteração do decreto, mas ele continua em vigor.

Eu apresentei um PDL para revogá-lo definitivamente. Peço o apoio dos deputados para isso. O mesmo acontece com outro decreto de 2012, que citei na Comissão de Finanças, o qual também transfere recursos públicos para as avícolas. Transfere mais de um bilhão de reais para as avícolas do estado de São Paulo.

Francamente, deputados da base do Governo, não há como não votar a alteração da LDO, porque há dinheiro, só depende da prioridade. O Governo tem lado, está do lado dos empresários, do poder econômico e de quem financia as campanhas eleitorais da base do Governo e do próprio governador.

O Governo tem compromissos com o poder econômico e ele irá fazer de tudo para transferir recursos através das isenções fiscais, beneficiando esses grupos econômicos. Nós estamos aqui para reivindicar que o dinheiro seja investido nas universidades, na educação básica e no cumprimento da data-base salarial. É por isso que queremos aprovar os projetos. Queremos votar o projeto da Defensoria Pública e o do MP.

O deputado Ed Thomas, que é nosso colega, foi à Unesp de Presidente Prudente e assumiu o compromisso de ajudar a aprovar a nossa emenda para aumentar os recursos para as universidades estaduais.

O SR. ED THOMAS - PSB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo. Não pude recebê-lo em Presidente Prudente, pois tinha outros compromissos, mas sabemos da importância do seu mandato, das suas palavras e da sua luta pela educação.

Na reunião da Unesp, somamo-nos a essa situação. Quero fazer uma saudação. Há trabalhadores da Unesp de Presidente Prudente que se somam a todos os trabalhadores, educadores, alunos e professores do Estado. Esse é o nosso maior patrimônio. Tenho um acréscimo ao projeto. Vossa Excelência falou do ICMS e do Sinafresp. Em relação à JBS, instalada em Presidente Epitácio, o governador fez um decreto, reduzindo de 100 para cinquenta. O nobre deputado Carlão Pignatari, que está aqui, sabe do que estamos falando. O frigorífico alega isso, que essa retirada de 50% seria o motivo do fechamento. Aí, faça no pescoço não, né? Chantagem não.

Fomos até o governador, ao prefeito de Epitácio, que vai estar com o secretário Arnaldo Jardim, que vai conversar com a diretoria da JBS. São 800 trabalhadores. Eu creio que não é o decreto, de forma nenhuma, que está provocando, ou que quer provocar - tomara que não - o fechamento daquela unidade na cidade de Presidente Epitácio.

Apenas para plagiá-lo neste instante e realmente concordar com a sua colocação.

Muito obrigado.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO

- Vejo que o deputado Luiz Fernando Machado chegou, o autor de um projeto tão polêmico, que tem polemizado o nosso debate.

Gostaria de fazer um apelo ao nobre deputado Luiz Fernando Machado, do PSDB. Nada contra V. Exa. pessoalmente, mas gostaria que V. Exa. retirasse o projeto, porque esse projeto agride toda a rede estadual de ensino.

Os professores estão extremamente revoltados. Vossa Excelência nunca mais vai conseguir entrar em uma escola pública

ou privada neste País se esse projeto continuar tramitando aqui, porque os professores são totalmente contra. Vossa Excelência será linchado em praça pública.

Nós temos aqui professores universitários, gente da rede estadual, os professores categoria "O" estão aqui hoje também. Há uma revolta generalizada contra, porque esse projeto é a censura, é o A1-5 na Educação do estado de São Paulo.

Se V. Exa. acha que há algum tipo de manipulação ideológica, não há. Na verdade, a manipulação ideológica é do próprio sistema educacional brasileiro, que tenta formar alunos dóceis, alunos submissos. Nós temos em alguns lugares algum tipo de resistência, então o projeto de V. Exa. é até desnecessário.

Fica aqui o nosso apelo a V. Exa. para que o projeto seja retirado, porque haverá uma obstrução selvagem contra a aprovação desse projeto nefasto. Não que V. Exa. seja nefasto, mas o projeto é nefasto para os professores e para a Educação brasileira.

Eu falei do Alexandre Frota. Eu sei que o Alexandre Frota esteve aqui na Assembleia Legislativa durante a ocupação dos alunos. Ele teve um encontro, foi recebido pelo deputado Fernando Capez. Espero que ele não tenha aqui também protocolado a pauta da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a bancada do PSOL está em obstrução total na Assembleia Legislativa. Querida pedir a compreensão dos deputados.

O projeto que estamos discutindo é um projeto de resolução, que trata da questão dos chefes da Assembleia Legislativa que não estão em cargos de comissão, cargos concursados. Depois temos um projeto em relação ao concurso público na Polícia Militar.

São projetos importantes. No entanto, existe uma causa justa e necessária, que precisa ter um entendimento por parte do governador Geraldo Alckmin, por parte da bancada de sustentação do governo na Assembleia Legislativa. É necessário abrir uma negociação.

As três universidades estão em greve neste momento no estado de São Paulo. Estão sem dinheiro para pagar funcionários. Estamos falando das universidades que sustentam o ensino, a pesquisa e a extensão em nosso Estado.

O que temos de pesquisa científica no estado de São Paulo está galgando em nossas universidades públicas. Portanto, é inadmissível que esse processo pelo qual passam as universidades, uma situação de insuficiência total de recursos, não ecoe no plenário desta Casa, e que o governador não se sensibilize diante dessa situação e deixe as universidades públicas jogadas ao mar.

Nós sabemos que o PSDB, no fundo, é a favor de cobrar mensalidade nas universidades públicas. É a favor de que o mercado regule a questão da educação aqui em São Paulo. Não é pouco o fato de que os que orientam a Secretaria de Educação não sejam os professores da Unesp, da USP e da Unicamp, mas os empresário da educação da Falconi. Isso mostra que a opção é pela educação do mercado, ou seja, que os empresários da educação resolvam o problema educacional do estado de São Paulo. Essa é a concepção tucana.

O problema é que essa concepção entra em choque com o conjunto da população de São Paulo. Vejamos o povo que estava nas ruas usando camisa do Brasil, da CBF, nos atos contra a corrupção. Quando perguntados sobre os principais problemas do Brasil e sobre as políticas públicas mais importantes, que deveriam receber mais